



Banco Intermedium S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

Conteúdo

| | |
|--|----|
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 3 |
| Balancos patrimoniais | 5 |
| Demonstrações de resultados | 6 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 7 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 8 |
| Demonstrações do valor adicionado | 9 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 10 |



KPMG Auditores Independentes
R. Paraíba, 1.122 - 13º
30130-918 - Belo Horizonte, MG - Brasil
Caixa Postal 509
30123-970 - Belo Horizonte, MG - Brasil

Central Tel 55 (31) 2128-5700
Fax 55 (31) 2128-5702
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Intermedium S.A.
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Intermedium S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária pelo Banco. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 25 de janeiro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Antônio de Pádua Soares Pelicarpo
Contador CRC MG-027739/O-3

Banco Intermedium S.A.

Balanços patrimoniais exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | Exercícios | | Passivo | Nota | Exercícios | |
|--|------|------------------|----------------|--|------|------------------|----------------|
| | | 2012 | 2011 | | | 2012 | 2011 |
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Disponibilidades | 4 | 3.693 | 3.004 | Depósitos à vista | 12a | 26.286 | 15.615 |
| Aplicações interfinanceiras | 5 | 105.475 | 142.205 | Depósitos interfinanceiros | 12a | 10.116 | 5.430 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 35.288 | - | Depósitos a prazo | 12a | 223.784 | 112.063 |
| Relações interfinanceiras | | 340 | 246 | Letras de crédito | 12b | 150.457 | 64.911 |
| Operações de crédito | 7 | 348.421 | 315.274 | Obrigações por empréstimos e repasse | | 41 | 3 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 7 | (48.168) | (22.221) | Obrigações, operações, vendas e transferências | 13 | 71.374 | - |
| Operações de crédito vinculadas | 7 | 67.689 | - | Outras obrigações | 14 | 25.090 | 19.948 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa vinculados | 7 | (2.184) | - | | | | |
| Outros créditos | 8 | 27.318 | 22.978 | Total do passivo circulante | | 507.148 | 217.970 |
| Outros valores e bens | 9 | 4.159 | 617 | | | | |
| Despesas antecipadas | 10 | 28.054 | 19.482 | | | | |
| Total do ativo circulante | | 570.085 | 481.585 | | | | |
| Não circulante | | | | Não circulante | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | Exigível a longo prazo | | | |
| Aplicações interfinanceiras | 5 | 4.017 | 5.963 | Depósitos a prazo | 12a | 280.979 | 401.097 |
| Títulos e valores mobiliários | 6 | 117.210 | 148.668 | Letras de crédito | 12b | 98.136 | 26.022 |
| Operações de crédito | 7 | 439.093 | 252.683 | Obrigações operações vendas e transferências | 13 | 55.008 | - |
| Operações de crédito vinculadas | 7 | 46.175 | - | Obrigações por empréstimos e repasse | | 942 | 36 |
| Outros créditos | 8 | 3.717 | 3.547 | Outras obrigações | 14 | 8.394 | 16.590 |
| Outros valores e bens | 9 | 118 | 118 | Total do exigível a longo prazo | | 443.459 | 443.745 |
| Despesas antecipadas | 10 | 34.671 | 27.522 | | | | |
| Total do realizável a longo prazo | | 645.001 | 438.501 | | | | |
| Permanente | | | | Patrimônio líquido | | | |
| Investimentos | 11 | 6.238 | 1.813 | Capital social | | 255.890 | 248.719 |
| Imobilizado de uso | | 2.298 | 1.571 | Reserva de lucros | | 18.831 | 13.341 |
| Intangível | | 1.428 | - | (-) Ajuste valor de mercado | | | (27) |
| Total do permanente | | 9.964 | 3.384 | (-) Ações em tesouraria | | (278) | (278) |
| Total do ativo não circulante | | 654.965 | 441.885 | Total do patrimônio líquido | 17 | 274.443 | 261.755 |
| Total do ativo | | 1.225.050 | 923.470 | Total do passivo não circulante | | 717.902 | 705.500 |
| | | | | Total do passivo | | 1.225.050 | 923.470 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Intermedium S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

| | | Semestre | Exercícios | |
|--|------|-----------------|------------------|------------------|
| | Nota | 2012 | 2012 | 2011 |
| Receitas da intermediação financeira | | | | |
| Operações de crédito | | 106.061 | 196.848 | 189.545 |
| Resultado com aplicações interfinanceiras | | 3.704 | 9.214 | 15.444 |
| Resultado com títulos e valores mobiliários | | 10.115 | 24.141 | 9.552 |
| Operações de vendas de transf. de ativos financeiros | | 12.671 | 12.671 | - |
| | | <u>132.551</u> | <u>242.874</u> | <u>214.541</u> |
| Despesas da intermediação financeira | | | | |
| Operações de captação no mercado | | (30.714) | (64.072) | (66.610) |
| Obrigações empréstimos e repasses | | 95 | 95 | - |
| Perdas em aplicações depósitos interfinanceiros | | - | - | (1.979) |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | | (28.471) | (52.253) | (26.873) |
| Operações de vendas de transf. de ativos financeiros | | (7.923) | (7.923) | - |
| | | <u>(67.013)</u> | <u>(124.153)</u> | <u>(95.462)</u> |
| Resultado bruto da intermediação financeira | | 65.538 | 118.721 | 119.079 |
| Outras receitas (despesas) operacionais | | | | |
| Rendas de prestação de serviços | | 2.362 | 4.610 | 4.880 |
| Despesas de pessoal | | (7.267) | (14.031) | (9.822) |
| Outras despesas administrativas | 19 | (56.638) | (106.099) | (99.101) |
| Despesas tributárias | | (1.153) | (1.911) | (6.453) |
| Resultado de participações em controladas | | 2.578 | 5.283 | 4.123 |
| Outras receitas operacionais líquidas | 20 | 8.023 | 17.963 | 8.652 |
| Outras despesas operacionais líquidas | 21 | (2.545) | (5.434) | (10.759) |
| | | <u>(54.640)</u> | <u>(99.619)</u> | <u>(108.480)</u> |
| Resultado operacional | | 10.898 | 19.102 | 10.599 |
| Resultado não operacional | | (1.083) | (1.562) | (1.005) |
| Resultado antes da tributação sobre o lucro | | 9.815 | 17.540 | 9.594 |
| Imposto de renda e contribuição social | 16 | (532) | (1.299) | 2.475 |
| Resultado do semestre/exercícios | | <u>9.283</u> | <u>16.241</u> | <u>12.069</u> |
| Resultado por ação – R\$ | | <u>0,78</u> | <u>1,37</u> | <u>1,02</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Intermedium S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

| | Capital social | Ações em tesouraria | Reserva de lucros | | Ajuste de avaliação patrimonial | Lucros acumulados | Total |
|--|----------------|---------------------|-------------------|-------------------------------|---------------------------------|-------------------|----------------|
| | | | Reserva legal | Reserva de retenção de lucros | | | |
| Saldos em 30 de junho de 2012 | 251.657 | (278) | 2.166 | 14.798 | (336) | | 268.007 |
| Aumento de capital | 4.233 | | | | | | 4.233 |
| Lucro líquido do semestre | | | | | | 9.283 | 9.283 |
| Destinações propostas: | | | | | | | |
| Constituição de reserva legal | | | 464 | | | (464) | - |
| Constituição de reserva de lucros a distribuir | | | | 1.403 | | (1.403) | - |
| Dividendos distribuídos | | | | | | (2.436) | (2.436) |
| Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,42 por ação) | | | | | | (4.980) | (4.980) |
| Ajuste valor de mercado | | | | | 336 | | 336 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | <u>255.890</u> | <u>(278)</u> | <u>2.630</u> | <u>16.201</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>274.443</u> |
| Saldos em 31 de dezembro de 2010 | 132.498 | - | 2.162 | 18.345 | (13) | | 152.992 |
| Aumento de capital | 116.221 | | (947) | (6.468) | | | 108.806 |
| Constituição de reserva legal de lucros a distribuir 1º semestre | | | | 2.902 | | (2.902) | - |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | 12.069 | 12.069 |
| Reversão de reserva de lucros a distribuir | | | | (3.256) | | 3.256 | - |
| Destinações propostas: | | | | | | | |
| Constituição de reserva legal | | | 603 | - | - | (603) | - |
| Dividendos distribuídos | | | | - | | (1.580) | (1.580) |
| Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,87 por ação) | | | | | | (10.240) | (10.240) |
| Ajuste valor de mercado | | (278) | | | (14) | | (292) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | <u>248.719</u> | <u>(278)</u> | <u>1.818</u> | <u>11.523</u> | <u>(27)</u> | <u>-</u> | <u>261.755</u> |
| Saldos em 31 de dezembro de 2011 | 248.719 | (278) | 1.818 | 11.523 | (27) | | 261.755 |
| Aumento de capital | 7.171 | | | | | | 7.171 |
| Lucro líquido do exercício | | | | | | 16.241 | 16.241 |
| Destinações propostas: | | | | | | | |
| Constituição de reserva legal | | | 812 | | | (812) | - |
| Constituição de reserva de lucros a distribuir | | | | 4.678 | | (4.678) | - |
| Juros sobre o capital próprio (R\$ 0,70 por ação) | | | | | | (8.315) | (8.315) |
| Dividendos distribuídos | | | | | | (2.436) | (2.436) |
| Ajuste valor de mercado | | | | | 27 | | 27 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2012 | <u>255.890</u> | <u>(278)</u> | <u>2.630</u> | <u>16.201</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>274.443</u> |

Banco Intermedium S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

| Elaborada pelo método indireto | Semestre | Exercícios | |
|--|----------|------------|-----------|
| | 2012 | 2012 | 2011 |
| Atividades operacionais | | | |
| Lucro líquido | 9.283 | 16.241 | 12.069 |
| Provisão para perdas em aplicações dep. interfinanceiros | - | - | 1.979 |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 12.708 | 25.947 | 26.873 |
| Provisão para créditos tributários | 4.386 | 6.703 | 9.961 |
| (Reversões)/Provisões civeis, trabalhistas e fiscais | (1.475) | (513) | 5.407 |
| Resultado de participações em coligadas e controladas | (2.578) | (5.283) | (4.123) |
| Depreciações e amortizações | 169 | 324 | 591 |
| Varição de ativos e obrigações | | | |
| Redução/(Aumento) de aplicações interfinanceiras de liquidez | 897 | 1.957 | (13.558) |
| Redução/(Aumento) de títulos e valores mobiliários | 2.049 | (3.830) | (83.431) |
| Redução/(Aumento) de relações interfinanceiras | 1.090 | (94) | (2.136) |
| Aumento de operações de crédito | (88.855) | (333.650) | (203.087) |
| Redução/(Aumento) de outros créditos | 2.519 | (4.510) | (14.082) |
| Redução/(Aumento) de outros valores e bens | 4.050 | (19.263) | (17.409) |
| Aumento/(Redução) de depósitos | (60.286) | 6.960 | 206.054 |
| Aumento de recursos de aceites e emissão de títulos | 78.030 | 157.660 | 44.743 |
| Aumento obrigações por empréstimos e repasses | 945 | 944 | 40 |
| Aumento obrigações, operações, vendas e transferências | 41.387 | 126.382 | - |
| Redução de outras obrigações | (2.491) | (9.244) | (18.752) |
| Caixa líquido aplicado em atividades operacionais | 1.828 | (33.269) | (48.861) |
| Atividades de investimentos | | | |
| Aquisição de imobilizado de uso | (635) | (1.051) | (1.002) |
| Recebimento de dividendos | 122 | 860 | 3.632 |
| Recompra de ações | - | - | (278) |
| Intangível | (259) | (1.428) | - |
| Caixa líquido aplicado em atividades de investimentos | (772) | (1.619) | 2.352 |
| Atividades de financiamentos | | | |
| Aumento de capital | 4.233 | 7.171 | 108.806 |
| Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos | (4.980) | (8.315) | (13.884) |
| Caixa líquido proveniente de atividades de financiamentos | (747) | (1.144) | 94.922 |
| Aumento (redução) das disponibilidades | 309 | (36.032) | 48.413 |
| Disponibilidades no início do período | 106.223 | 142.564 | 94.151 |
| Disponibilidades no fim do período | 106.532 | 106.532 | 142.564 |
| Aumento (redução) das disponibilidades | 309 | (36.032) | 48.413 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Banco Intermedium S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 e semestre findo em 31 de dezembro de 2012

(Valores expressos em milhares de Reais)

| | Semestre | Exercícios | |
|---|----------|------------|----------|
| | 2012 | 2012 | 2011 |
| 1. Receitas | 103.009 | 198.370 | 187.587 |
| 1.1 Intermediação financeira | 119.880 | 230.203 | 214.541 |
| 1.2 Prestação de serviços | 2.362 | 4.610 | 4.880 |
| 1.3 Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros | - | - | (1.979) |
| 1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa | (28.471) | (52.253) | (26.873) |
| 1.5 Outras receitas/despesas operacionais | 10.321 | 17.372 | (1.977) |
| 1.6 Não operacionais | (1.083) | (1.562) | (1.005) |
| 2. Despesas da intermediação financeira | 30.714 | 64.072 | 66.610 |
| 3. Materiais e serviços adquiridos de terceiros | 55.670 | 104.405 | 97.743 |
| 3.1 Materiais, energias e outros | 13.028 | 24.586 | 19.819 |
| 3.2 Serviços de terceiros | 42.642 | 79.819 | 77.924 |
| 4. Valor adicionado bruto (1-2-3) | 16.625 | 29.893 | 23.234 |
| 5. Retenções | (169) | (324) | (591) |
| 5.1 Depreciações e amortizações | (169) | (324) | (591) |
| 6. Valor adicionado líquido produzido pela entidade (4+5) | 16.456 | 29.569 | 22.643 |
| 7. Valor adicionado recebido em transferência | 2.578 | 5.283 | 4.123 |
| 7.1 Resultado de equivalência patrimonial | 2.578 | 5.283 | 4.123 |
| 8. Valor adicionado a distribuir (6+7) | 19.034 | 34.852 | 26.766 |
| 9. Distribuição do valor adicionado | 19.034 | 34.852 | 26.766 |
| 9.1 Pessoal e encargos | 7.267 | 14.031 | 9.822 |
| 9.2 Impostos, contribuições e taxas | 1.685 | 3.210 | 3.978 |
| 9.3 Aluguéis | 799 | 1.370 | 897 |
| 9.4 Juros sobre capital próprio | 4.980 | 8.315 | 6.984 |
| 9.5 Dividendos distribuídos no semestre/exercícios | 2.436 | 2.436 | 1.580 |
| 9.6 Lucros retidos no semestre/exercícios | 1.867 | 5.490 | 3.505 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Banco Intermedium S.A. (“Instituição” ou “Banco”) iniciou suas atividades em fevereiro de 1995, tendo como objetivo principal as operações de crédito e os serviços permitidos pelo Banco Central do Brasil, podendo, nos termos da legislação aplicável, participar de outras sociedades. Por meio de suas controladas, a Instituição atua nas áreas de consultoria de mercado financeiro e de capitais, prestação de serviços de cobrança, informações cadastrais a pessoas físicas e jurídicas, prestação de serviços de informática e desenvolvimento de *software*, corretagem e agenciamento.

Os acionistas da Intermedium - Crédito, Financiamento e Investimento S.A. decidiram, em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de fevereiro de 2008, pela alteração do nome da Instituição para Banco Intermedium S.A., em conexão com o projeto de transformação em Banco Múltiplo.

A Diretoria do Banco Central do Brasil (Bacen) manifestou-se, em 13 de fevereiro de 2008, favorável ao projeto de transformação. A Instituição recebeu autorização para iniciar as operações como Banco Múltiplo no dia 18 de agosto de 2008.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen), no que for aplicável.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva na ata de Reunião da Diretoria de 25 de janeiro de 2013.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil.

Neste sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

- Resolução nº 3.566/2008 - CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos.
- Resolução nº 3.604/2008 - CPC 03 (R2) - Demonstração do fluxo de caixa.
- Resolução nº 3.750/2009 - CPC 05 (R1) - Divulgação sobre partes relacionadas.
- Resolução nº 3.989/2011 - CPC 10 (R1) - Pagamento baseado em ações.
- Resolução nº 4.007/2011 - CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012).
- Resolução nº 3.873/2011 - CPC 24 - Eventos subsequentes
- Resolução nº 3.823/2009 - CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Atualmente, não é possível estimar quando o Bacen irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações financeiras do Banco Intermedium.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas de IFRS e as normas do CPC, quando aplicável para a Instituição, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As presentes demonstrações financeiras incluem as demonstrações financeiras preparadas de acordo com os BR GAAP.

3. Principais práticas contábeis adotadas

a. Apuração de resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios, sendo ajustado pela parcela atribuível de imposto de renda e contribuição social incidente sobre os lucros tributáveis e, quando aplicável, pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos, que serão recuperados ou exigidos em exercícios seguintes.

b. Disponibilidades e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa, conforme a Resolução CMN nº 3.604/08, incluem caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, contados da data da contratação.

c. Operações ativas e passivas

As operações ativas (circulante e realizável a longo prazo) são demonstradas pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até a data do balanço (em base *pro rata die*).

As operações passivas (circulante e exigível a longo prazo) referem-se a passivos conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço (em base *pro rata dia*).

d. Provisão para perdas com operações de crédito

É constituída com base na Resolução Bacen nº 2.682/1999, analisando os riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para a cobertura de eventuais perdas.

e. Aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários

São registrados pelo montante aplicado, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados ao valor de mercado, quando aplicável.

A Circular Bacen nº 3.068/01 e regulamentação complementar alterou a classificação dos títulos e valores mobiliários criando três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado. Os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.
- Títulos disponíveis para venda - Incluem os títulos e valores mobiliários contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido (Ajuste a Valor de Mercado - Títulos disponíveis para venda) até a sua realização por venda, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.
- Títulos mantidos até o vencimento - Os títulos e valores mobiliários, os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos oriundos em contrapartida ao resultado do período.

f. Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

g. Imobilizado

É demonstrado ao custo, deduzidas as depreciações que são calculadas pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação, 10%, e sistema de processamento de dados, 20%.

h. Provisão para imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, ajustado conforme legislação específica.

A Lei nº 11.727, de 3 de junho de 2008, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das instituições financeiras de 9% para 15% do lucro tributável a partir de maio de 2008. Desta forma, o encargo da Contribuição Social sobre o lucro tributável foi acrescido pelo diferencial de alíquota de 6% naquela data.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computados na apuração do lucro líquido do semestre, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos arts. 36 e 37 da referida Lei, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real das pessoas jurídicas que optarem pelo Regime Tributário de Transição (RTT), devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

i. Despesas antecipadas

A apropriação ao resultado do semestre das parcelas de despesas com comissão sobre operações de crédito e correspondentes é efetuada de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

j. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, bem como são aderentes aos critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/2009, a saber:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivos contingentes: decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como: (a) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (c) remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

4. Disponibilidades e aplicações financeiras

| | 2012 | 2011 |
|--|----------------|----------------|
| Disponibilidades | <u>3.693</u> | <u>3.004</u> |
| Total de disponibilidade | 3.693 | 3.004 |
| | | |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez* (90 dias) vide Nota 5 | <u>102.839</u> | <u>139.560</u> |
| Total de caixa e equivalentes de caixa | 106.532 | 142.564 |

* Referem-se a operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Aplicações interfinanceiras

| | 2012 | 2011 |
|---|-------------|-------------|
| Aplicações em operações compromissadas | | |
| Letras Financeiras do Tesouro (LFT) | 26.999 | 50.009 |
| Letras do Tesouro Nacional (LTN) | 71.000 | 58.031 |
| Notas do Tesouro Nacional (NTN) | | 1.501 |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | | |
| CDI - Banco BIC S.A. | | 15.113 |
| CDI - Banco Morada S.A. | 1.979 | 1.979 |
| CDI - Banco BMG S.A. | | 10.047 |
| CDI - Banco Brasil S.A. | 6.467 | 8.208 |
| CDI - Bancoob | 5.026 | 5.259 |
| Provisão para perda - CDI Banco Morada | (1.979) | (1.979) |
| Total | 109.492 | 148.168 |
| Circulante | 105.475 | 142.205 |
| Não circulante | 4.017 | 5.963 |

O vencimento dos papéis está demonstrado abaixo:

| | 2012 | | | | | |
|-------------------|------------------------|----------------------------|--------------------------|--------------------------|----------------------------|--------------|
| | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | Acima de 5 anos | |
| Papel | | | | | | Total |
| Aplicações em CDI | 102.839 | 2.636 | 3.579 | 438 | | 109.492 |
| | 2011 | | | | | |
| | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | Acima de 5 anos | Total |
| Papel | | | | | | |
| Aplicações em CDI | 139.560 | 2.645 | 5.963 | | | 148.168 |

Em 28 de abril de 2011, o Banco Central decretou intervenção no Banco Morada S.A. em decorrência de comprometimento patrimonial, do descumprimento de normas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil e pelo fato de seus controladores não terem apresentado um plano de recuperação viável para a Instituição.

O Banco Intermedium possui em carteira uma operação de CDI com o referido Banco, sendo constituída 100% de provisão para perda.

6. Títulos e valores mobiliários

São representados pelos valores atualizados das cotas subordinadas dos fundos de investimentos em direitos creditórios, denominados FIDC Intermedium Créditos Consignados I e FIDC Intermedium Créditos Consignados II, constituídos pela cessão sem coobrigação de carteiras de créditos consignados da Instituição e também por Títulos Públicos Federais (LFTs).

Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

- Classificação por tipo de papel e vencimento

| | 2012 | | | | | Valor de mercado/contábil | Custo de aquisição atualizado |
|---------------------------------------|--------------------|------------------------|----------------------|----------------------|------------------------|----------------------------------|--------------------------------------|
| | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | Acima de 5 anos | | |
| Papel | | | | | | | |
| Disponível para venda | 3.459 | 21.791 | 27.242 | - | - | 52.492 | 52.492 |
| Letras Financeiras do Tesouro (LFT) | 3.459 | 21.791 | 27.242 | - | - | 52.492 | 52.492 |
| Títulos mantidos até o vencimento (*) | 10.038 | - | 28.882 | 61.086 | - | 100.006 | 100.006 |
| Cotas de fundo de investimento | 10.038 | - | - | - | - | 10.038 | 10.038 |
| Cotas de fundo de investimento (FIDC) | - | - | 28.882 | 61.086 | - | 89.968 | 89.968 |
| Total | 13.497 | 21.791 | 56.124 | 61.086 | - | 152.498 | 152.498 |

| | 2011 | | | | | Valor de mercado/contábil | Custo de aquisição atualizado |
|---------------------------------------|--------------------|------------------------|----------------------|----------------------|------------------------|----------------------------------|--------------------------------------|
| | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | Acima de 5 anos | | |
| Papel | | | | | | | |
| Disponível para venda | - | - | 23.272 | 25.104 | - | 48.376 | 48.376 |
| Letras Financeiras do Tesouro (LFT) | - | - | 23.272 | 25.104 | - | 48.376 | 48.376 |
| Títulos mantidos até o vencimento (*) | - | - | - | - | 100.292 | 100.292 | 100.292 |
| Cotas de fundo de investimento (FIDC) | - | - | - | - | 100.292 | 100.292 | 100.292 |
| Total | - | - | 23.272 | 25.104 | 100.292 | 148.668 | 148.668 |

(*) Em função do enquadramento da Instituição à Circular nº 3.068/01, são classificados como “mantidos até o vencimento”.

A seguir, estão resumidas as principais informações relacionadas ao FIDC Intermedium Créditos Consignados I e ao FIDC Intermedium Créditos Consignados II.

| | 2012 | | | | | Valor de mercado/contábil | Custo de aquisição atualizado |
|---------------------------------------|--------------------|------------------------|----------------------|----------------------|------------------------|----------------------------------|--------------------------------------|
| | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | Acima de 5 anos | | |
| Papel | | | | | | | |
| Títulos mantidos até o vencimento (*) | - | - | 28.882 | 61.086 | - | 89.968 | 89.968 |
| Cotas de fundo de investimento (FIDC) | - | - | 28.882 | 61.086 | - | 89.968 | 89.968 |
| Total | - | - | 28.882 | 61.086 | - | 89.968 | 89.968 |

| Papel | 2011 | | | | | Valor de mercado/ contábil | Custo de aquisição atualizado |
|---------------------------------------|-------------|-----------------|---------------|---------------|-----------------|-------------------------------|----------------------------------|
| | Até 3 meses | De 3 a 12 meses | De 1 a 3 anos | De 3 a 5 anos | Acima de 5 anos | | |
| Títulos mantidos até o vencimento (*) | - | - | 48.737 | 51.555 | - | 100.292 | 100.292 |
| Cotas de fundo de investimento (FIDC) | - | - | 48.737 | 51.555 | - | 100.292 | 100.292 |
| Total | - | - | 48.737 | 51.555 | - | 100.292 | 100.292 |

a. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo FIDC

O FIDC I é administrado pelo UBS Pactual Serviços Financeiros S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. O FIDC foi constituído em 30 de abril de 2007 sob forma de condomínio fechado e tem prazo de dez anos.

Em 7 de novembro de 2011, foi constituído o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Intermedium Créditos Consignados II, administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários S.A. com prazo de duração de quatro anos.

O objetivo dos fundos é captar recursos para aquisição de direitos creditórios oriundos de empréstimos consignados concedidos pelo Banco Intermedium S.A. a servidores públicos e a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), cujo pagamento é realizado por meio de desconto consignado em folha de pagamento ou em folha de benefícios do INSS.

As cotas dos FIDCs I e II são avaliadas diariamente. No caso das cotas de classe sênior do FIDC Intermedium Créditos Consignados, considera-se a taxa de retorno prevista como *benchmark* de 120% da taxa CDI, apropriadas de forma *pro rata temporis*. As cotas subordinadas têm seu valor obtido pela diferença entre o saldo do patrimônio líquido do fundo e o valor total das cotas seniores.

b. Participação no patrimônio e nos resultados do FIDC

Em conformidade com o art. 24, inciso XV, da Instrução CVM nº 356/01, com redação dada pela Instrução CVM nº 393/03, a relação entre o valor das cotas seniores e o patrimônio líquido dos fundos será de 75%. Neste contexto, os fundos deverão ter 25% dos seus patrimônios representados por cotas subordinadas. Essa relação será apurada diariamente e acessível aos cotistas do fundo mensalmente.

A participação do Banco Intermedium S.A. nos FIDCs I e II ocorre através das cotas subordinadas.

c. Natureza do envolvimento com o FIDC e tipo de exposição a perdas, se houver, decorrentes desse envolvimento

Além da sua participação através das cotas subordinadas, o Banco Intermedium S.A. realiza operações de cessão de créditos sem coobrigação para os FIDCs I e II.

O Banco Intermedium S.A. é responsável pela cobrança dos direitos creditórios cedidos aos FIDCs I e II, podendo utilizar-se de eventuais agentes cobradores subcontratados, cabendo-lhe aferir o correto recebimento dos recursos e verificar a inadimplência. Ademais, o Banco Intermedium S.A. foi contratado como fiel depositário da documentação relativa aos direitos creditórios adquiridos pelos FIDCs I e II.

As cotas subordinadas detidas pelo Banco Intermedium S.A. assumem o risco de crédito até o valor-limite de sua emissão. Somente ocorrerá a amortização e/ou o resgate das cotas subordinadas após a amortização e/ou o resgate das cotas seniores.

Os fundos estão sujeitos a riscos de flutuações de mercado, risco de crédito das respectivas contrapartes, riscos sistêmicos e a condições adversas de liquidez e negociação aplicáveis a direitos creditórios, ativos financeiros e demais modalidades operacionais integrantes da carteira do fundo.

d. Montante e natureza dos créditos, obrigações, receitas e despesas entre o Banco Intermedium S.A. e o FIDC, ativos transferidos pelo Banco Intermedium S.A. e direitos de uso sobre ativos do FIDC

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o Banco Intermedium S.A. não cedeu carteira sem coobrigação. Em 2011, o montante a valor presente foi de R\$ 204.611 de operações de crédito cedidas ao fundo, sendo apurado um lucro de R\$ 32.000, reconhecido contabilmente na rubrica “Rendas de operações de crédito”.

A composição relativa às operações de 2011 é demonstrada da seguinte forma:

| | 2011 | | |
|---------|----------------|--------------------------|-------------------|
| | Valor recebido | Valor presente da cessão | Lucro na operação |
| FIDC I | 51.883 | 45.026 | 6.857 |
| FIDC II | 184.728 | 159.585 | 25.143 |
| Total | 236.611 | 204.611 | 32.000 |

Os recebíveis cedidos pela Instituição ao FIDC permanecem com a gestão de cobrança interna, sendo os recebimentos repassados tempestivamente ao custodiante no prazo máximo de 48 horas.

Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas no fundo, a Instituição reconheceu, no semestre findo em 31 de dezembro de 2012, receita de R\$ 20.053 (2011: R\$ 8.611), reconhecida contabilmente na rubrica “Rendas de títulos e valores mobiliários”.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os saldos das cotas subordinadas emitidas pelos fundos de propriedade do Banco Intermedium S.A. seguem abaixo demonstrados:

| | 2012 | 2011 |
|--|---------------|----------------|
| Cotas de fundos de invest. direitos creditórios - Não circulante FIDC I | 28.882 | 48.737 |
| Cotas de fundos de invest. direitos creditórios - Não circulante FIDC II | 61.086 | 51.555 |
| Total | 89.968 | 100.292 |

e. Total dos ativos, passivos e patrimônio do FIDC em 31 de dezembro de 2012

No encerramento do exercício, o patrimônio total do fundo era composto de R\$ 304.942, sendo R\$ 214.974 em cotas seniores e R\$ 89.968 em cotas subordinadas.

| 2012 | | | |
|--------------|-------------------------------|---------------------------|---------------------------|
| | Cotas subordinadas | Cotas seniores | Total do Fundo |
| Fundo | | | |
| FIDC I | 28.882 | 70.193 | 99.075 |
| FIDC II | 61.086 | 144.781 | 205.867 |
| Total | 89.968 | 214.974 | 304.942 |

| 2011 | | | |
|--------------|-------------------------------|---------------------------|---------------------------|
| | Cotas subordinadas | Cotas seniores | Total do Fundo |
| Fundo | | | |
| FIDC I | 48.736 | 70.310 | 119.046 |
| FIDC II | 51.556 | 152.817 | 204.373 |
| Total | 100.292 | 223.127 | 323.419 |

f. Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor dos FIDCs I e II

O Banco Intermedium S.A. não ofereceu nenhum tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus investidores.

g. Identificação do beneficiário principal ou grupo de beneficiários principais das atividades do FIDC

O Banco Intermedium S.A. é o detentor da totalidade das cotas subordinadas do fundo, sendo as cotas seniores ofertadas no mercado a diversos investidores.

7. Operações de crédito e provisão para perdas com operações de crédito

O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução Bacen nº 2.682/99, introduziu critérios para a classificação de direitos creditórios oriundos de operações de crédito, definindo regras que entraram em vigor a partir de março de 2000, para a constituição de provisão para os créditos de liquidação duvidosa e para a divulgação de dados referentes à carteira, a saber:

a. Composição da carteira, por tipo de cliente e por atividade econômica:

| | 2012 | % carteira | 2011 | % carteira |
|---|-----------------|------------|-----------------|------------|
| Pessoa jurídica | 183.682 | 20,37% | 198.936 | 35,02% |
| Crédito imobiliário | 174.987 | 19,41% | 91.573 | 16,12% |
| Pessoa física | <u>542.709</u> | 60,20% | <u>277.448</u> | 48,84% |
| Total de operações de crédito | <u>901.378</u> | | <u>567.957</u> | |
| Total do circulante | 416.110 | | 315.274 | |
| Total do não circulante | 485.268 | | 252.683 | |
| Outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8) | 137 | 0,02% | 137 | 0,02% |
| Total de operações de crédito e outros créditos | <u>901.515</u> | 100,00% | <u>568.094</u> | 100,00% |
| (-) Provisão para perdas com operações de créditos | <u>(50.352)</u> | | <u>(22.221)</u> | |
| Total | <u>851.163</u> | | <u>545.873</u> | |
| | 2012 | | 2011 | |
| Operações de crédito - Circulante | 348.421 | | 315.274 | |
| Operações de crédito - Não circulante | 439.093 | | 252.683 | |
| Operações de crédito vinculadas - Circulante | 67.689 | | - | |
| Operações de crédito vinculadas - Não circulante | 46.175 | | - | |
| Total de operações de crédito | <u>901.378</u> | | <u>567.957</u> | |

b. Vencimento e direcionamento dos créditos

| Créditos | 2012 | | | | | 2011 | | | | |
|-----------------|--|---------------------|---------------------|----------------------|----------------|--|---------------------|---------------------|----------------------|----------------|
| | Prestações vencidas a partir de 15 dias | Prestações a vencer | | | | Prestações vencidas a partir de 15 dias | Prestações a vencer | | | |
| | | Até 90 dias | De 91 a 360 dias | Acima de 360 dias | Total | | Até 90 dias | De 91 a 360 dias | Acima de 360 dias | Total |
| Setor privado | | | | | | | | | | |
| Pessoa Jurídica | 21.337 | 78.181 | 66.189 | 17.975 | 183.682 | 3.801 | 102.098 | 81.022 | 12.015 | 198.936 |
| Habitação | 2.721 | 13.748 | 35.291 | 123.227 | 174.987 | 2.211 | 8.427 | 19.648 | 61.287 | 91.573 |
| Pessoas físicas | 12.039 | 58.173 | 128.431 | 344.066 | 542.709 | 8.398 | 32.496 | 57.173 | 179.381 | 277.448 |
| Outros créditos | | | 137 | | 137 | | | 137 | | 137 |
| Total | <u>36.097</u> | <u>150.102</u> | <u>230.048</u> | <u>485.268</u> | <u>901.515</u> | <u>14.410</u> | <u>143.021</u> | <u>157.980</u> | <u>252.683</u> | <u>568.094</u> |

c. Composição da carteira por níveis de risco (rating):

| | Percentual mínimo de provisão | 2012 | | 2011 | |
|-------|-------------------------------------|----------------------|----------|----------------------|----------|
| | | Valor da carteira | Provisão | Valor da carteira | Provisão |
| AA | | 58.363 | | 18.918 | |
| A | 0,5% | 718.442 | 3.591 | 466.420 | 2.331 |
| B | 1,0% | 27.185 | 272 | 29.785 | 299 |
| C | 3,0% | 21.972 | 659 | 16.530 | 496 |
| D | 10,0% | 15.708 | 1.571 | 8.816 | 881 |
| E | 30,0% | 10.723 | 3.217 | 6.514 | 1.954 |
| F | 50,0% | 11.663 | 5.831 | 6.277 | 3.138 |
| G | 70,0% | 7.495 | 5.247 | 5.706 | 3.994 |
| H | 100,0% | 29.964 | 29.964 | 9.128 | 9.128 |
| Total | | 901.515 | 50.352 | 568.094 | 22.221 |

As operações de crédito são compostas, substancialmente, por operações ativas de capital de giro, com garantia de recebíveis, e por operações de crédito pessoal, suportadas por garantias de cheques ou de consignação em folha de pagamento e créditos imobiliários.

Durante o exercício de 2012, o total de créditos recuperados foi de R\$ 8.918 (2011: R\$ 2.529).

d. Instituições financeiras e fundos de recebíveis

Exceto pelas cessões realizadas para os FIDCs (conforme Nota Explicativa nº 6.d), durante o exercício de 2012 não houve cessão de recebíveis.

Os créditos cedidos em 2011 são demonstrados conforme o quadro abaixo:

| | Cessões realizadas em 2011 | | |
|-----------------|----------------------------|-----------------------------|-----------|
| | Valor recebido | Valor presente da cessão | Resultado |
| Com coobrigação | 69.897 | 56.070 | 13.827 |
| Sem coobrigação | 236.611 | 204.611 | 32.000 |
| Total de 2011 | 306.508 | 260.681 | 45.827 |

O saldo total, até 31 de dezembro de 2012, dos contratos cedidos com coobrigação é de R\$ 80.431 (2011: R\$148.748). Para esses valores, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$ 8.777 (2011: R\$7.720).

e. Operações de créditos vinculadas

A Instituição efetuou no exercício operações de cessão de créditos com retenção substancial de risco com FIDCs, conforme abaixo demonstrado:

Curto prazo: 67.689

Longo prazo: 46.175

8. Outros créditos

Compreendem saldos de devedores diversos, bem como créditos tributários sobre diferenças temporárias.

| | 2012 | 2011 |
|---|-------------|-------------|
| Circulante | | |
| Adiantamentos a terceiros | 562 | 278 |
| Imposto de renda a compensar | 312 | 981 |
| Devedores diversos (a) | 8.485 | 10.363 |
| Depósito em garantia | 212 | |
| Créditos tributários (b) | 17.609 | 11.218 |
| Outros créditos com característica de cessão de crédito | 138 | 138 |
| Circulante | 27.318 | 22.978 |
| Não circulante | | |
| Créditos tributários (b) | 3.118 | 2.806 |
| Depósito em garantia | 599 | 741 |
| Não circulante | 3.717 | 3.547 |

- (a) Referem-se a liquidações antecipadas de operações de créditos no valor de R\$ 4.785 (2011: R\$ 2.996), recompra de operações de créditos no valor de R\$ 830 (2011: R\$ 3.594), retenções de saldo — cessão — no valor de R\$ 2.869 (2011: R\$ 3.773) e outros no valor de R\$ 1 (2011: R\$ 0).
- (b) A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está amparada em Orçamento Contábil preparado para o triênio de 2013/2015.

| Período | Créditos diferidos | | IR | | CSLL | |
|-------------------------|---------------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|
| | Valor crédito | Valor presente | Valor crédito | Valor presente | Valor crédito | Valor presente |
| 2013 | 44.023 | 42.919 | 11.006 | 10.730 | 6.604 | 6.438 |
| 2014 | 1.622 | 1.506 | 406 | 377 | 243 | 226 |
| 2015 | 6.173 | 5.595 | 1.543 | 1.398 | 926 | 839 |
| Total do circulante | 44.023 | 42.919 | 11.006 | 10.730 | 6.604 | 6.438 |
| Total do não circulante | 7.795 | 7.101 | 1.949 | 1.775 | 1.169 | 1.065 |
| Total geral | 51.818 | 50.020 | 12.955 | 12.505 | 7.773 | 7.503 |

Os créditos tributários vencíveis em 2013 são decorrentes de diferenças temporárias relativas às provisões sobre operações de crédito, cuja dedutibilidade ocorre após 180 dias da data de vencimento das operações. Pelo fato de a totalidade desses créditos ter sua realização dentro do próprio exercício social, em 31 de dezembro de 2012, não são apresentados saldos com realização para o exercício de 2015.

Ademais, estão reconhecidos os créditos relativos às diferenças temporárias decorrentes de provisões fiscais sobre as operações com realização prevista para 2015.

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros projetada para os períodos correspondentes — CDI de 7,15% a.a. —, está descontado de R\$ 720 mil, apurando-se, assim, o montante a ser realizado de R\$ 42.919 mil em 31 de dezembro de 2013.

| | 31/12/2012 | | |
|--|----------------------------------|--|--|
| | Imposto de renda - PJ | Contribuição social sobre o lucro | Saldo de créditos tributários |
| Itens-base do diferimento | | | |
| Diferenças temporárias: | | | |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | 42.935 | 42.935 | 17.174 |
| Provisão para créditos cedidos com coobrigação | 1.088 | 1.088 | 435 |
| Provisão para contingências do Banco Morada | | | |
| Provisão sob ações cíveis | 395 | 395 | 158 |
| Provisão sob processos trabalhistas | 1.227 | 1.227 | 491 |
| Provisão para PIS/COFINS em processo judicial | 6.173 | 6.173 | 2.469 |
| Base de cálculo | 51.818 | 51.818 | 20.727 |
| Alíquota | 25% | 15% | |
| Crédito tributário diferido atual | 12.954 | 7.773 | 20.727 |
| Créditos tributários - 31/12/2011 | 35.061 | 35.061 | 14.025 |
| Constituição - 2012 | 44.508 | 44.508 | 17.802 |
| Realização - 2012 | (27.751) | (27.751) | (11.100) |
| Créditos tributários - 2012 | 51.818 | 51.818 | 20.727 |
| | | Circulante | 17.610 |
| | | Não Circulante | 3.117 |

- (c) Os saldos de depósitos em garantia referem-se a depósitos judiciais correspondentes: (i) ao questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL no valor de R\$ 599 (2011: R\$ 563); e (ii) a valores bloqueados pelo Bacen JUD em contas-correntes mantidas em Instituições Financeiras de R\$ 212 (2011: R\$ 178).

9. Outros valores e bens

Os bens não de uso próprio referem-se aos imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos.

A provisão para desvalorização desses imóveis é constituída com base em estimativa realizada pela Administração. A composição desses bens é a seguinte:

| | 2012 | 2011 |
|------------------------------|-------------|-------------|
| Outros valores e bens | 4.328 | 786 |
| Provisão para desvalorização | (51) | (51) |
| Bens não de uso próprio | 4.277 | 735 |
| Circulante | 4.159 | 617 |
| Não circulante | 118 | 118 |

10. Despesas antecipadas

A Instituição difere as despesas com comissões pagas aos seus correspondentes conforme o prazo de recebimento dos contratos firmados com os respectivos clientes, que são classificadas nesta rubrica até a realização futura das rendas pertinentes aos referidos contratos, quando serão apropriadas para o resultado. O saldo dessas despesas (circulante e não circulante) representa R\$ 62.725 em 31 de dezembro de 2012 (2011: R\$ 47.004).

Demonstramos abaixo a realização das despesas antecipadas para os próximos exercícios sociais:

| Ano | Valor da despesa |
|------------------|------------------|
| 2013 | 28.054 |
| 2014 | 16.552 |
| 2015 | 11.107 |
| 2016 | 4.987 |
| A partir de 2017 | <u>2.025</u> |
| Total | 62.725 |
| Circulante | 28.054 |
| Não circulante | 34.671 |

11. Investimentos

Os ajustes dos investimentos, decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial, foram registrados em contas de resultado e podem ser assim apresentados:

| | Capital social | Patrimônio líquido | Participação no capital social | Valor contábil | | Resultado de equivalência | |
|--|----------------|--------------------|--------------------------------|----------------|--------------|---------------------------|--------------|
| | | | | 2012 | 2011 | 2012 | 2011 |
| Empresa controlada | | | | | | | |
| Intermedium Promotora de Vendas Ltda. | 30 | 4.737 | 99,96% | 4.737 | 843 | 4.194 | 3.362 |
| Intermedium Serviços de Cobrança Ltda. | 10 | 1.087 | 99,80% | 1.087 | 930 | 640 | 625 |
| IFI Software Ltda. | 10 | 173 | 99,80% | 173 | 23 | 226 | 129 |
| Interfronting Corretora de Seguros Ltda. | | 27 | 75% | 27 | | 27 | |
| Makelar Corretora de Seguros Ltda. | <u>10</u> | 214 | <u>99,00%</u> | <u>214</u> | <u>17</u> | <u>196</u> | <u>7</u> |
| Total | | | | 6.238 | 1.813 | 5.283 | 4.123 |

12. Depósitos e letras de crédito

a) Depósitos

| | 2012 | | | | | 2011 |
|----------------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | 1 a 30 dias | 31 a 180 dias | 181 a 360 dias | Acima de 360 dias | Total | Total |
| Depósitos à vista | 26.286 | | | | 26.286 | 15.615 |
| Depósitos interfinanceiros | | 10.116 | | | 10.116 | 5.430 |
| Depósitos a prazo | 8.220 | 128.767 | 86.797 | 280.979 | 504.763 | 513.160 |
| Total geral | <u>34.506</u> | <u>138.883</u> | <u>86.797</u> | <u>280.979</u> | <u>541.165</u> | <u>534.205</u> |

b) Letras de crédito

| | 2012 | | | | Total | 2011 Total |
|-------------------------------|--------------------|----------------------|-----------------------|--------------------------|----------------|-----------------------|
| | 1 a 30 dias | 31 a 180 dias | 181 a 360 dias | Acima de 360 dias | | |
| Letras de Crédito Imobiliário | 15.791 | 71.886 | 20.311 | 5.054 | 113.042 | 38.769 |
| Letras de Crédito Agrícola | 13.856 | | | | 13.856 | 26.142 |
| Letras Financeiras | | 25.194 | 3.419 | 93.082 | 121.695 | 26.022 |
| Total geral | 29.647 | 97.080 | 23.730 | 98.136 | 248.593 | 90.933 |

13. Obrigações, operações, vendas e transferências

Referem-se a operações de vendas e transferências de risco com FIDCs, realizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do Banco Central do Brasil para operações realizadas a partir de 1º de janeiro de 2012 que, por se tratar de mudança de política contábil decorrente de exigência do órgão regulador, não tem alcance retrospectivo.

| | 2012 |
|---------------------------------------|----------------|
| Composição | |
| Obrigações de vendas e transferências | |
| Total | <u>126.382</u> |
| Circulante | 71.374 |
| Não circulante | 55.008 |

14. Outras obrigações

| | 2012 | 2011 |
|--|---------------|---------------|
| Composição | | |
| Impostos devidos (a) | | 381 |
| Cessões a pagar e pagamentos diversos (b) | 13.877 | 17.986 |
| Provisão para imposto de renda e contribuição social (c) | 599 | 563 |
| Provisão para dividendos | 2.436 | 1.580 |
| Outros (d) | <u>16.572</u> | <u>16.028</u> |
| Total | <u>33.484</u> | <u>36.538</u> |
| Circulante | 25.090 | 19.948 |
| Não circulante | 8.394 | 16.590 |

- (a)** Provisionamento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) do exercício de 2012, no montante de R\$ 0 (2011: R\$ 381).
- (b)** “Credores diversos”, no valor de R\$ 2.887 (2011: R\$ 4.371); parcelas de cessões de crédito a pagar, no montante de R\$ 4.721 (2011: R\$ 5.229); e “Outros”, no valor de R\$ 6.269 (2011: R\$ 8.386), representados por fornecedores, provisões despesas pessoal e provisões para impostos a recolher.
- (c)** Compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R\$ 599 (2011: R\$ 563), cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo (Nota Explicativa nº 7).

- (d) Provisão para contingências relativa a diversas ações cíveis e trabalhistas no valor de R\$ 1.622 (2011: R\$ 1.042) — vide Nota Explicativa nº 18 —, julgada suficiente pela Administração da Instituição conforme opinião de seus assessores jurídicos; provisão para PIS/COFINS no valor de R\$ 6.173 (2011: R\$ 7.266); provisão para cessões de créditos com coobrigações no valor de R\$ 8.777 (2011: R\$ 7.720). Demonstramos abaixo a provisão para a carteira cedida em 31 de dezembro de 2012.

| Nível | Valor presente (normal) | Valor presente Provisão (a vencer) |
|-------|----------------------------|---------------------------------------|
| A | 63.363 | 317 |
| B | 3.227 | 32 |
| C | 1.610 | 48 |
| D | 2.202 | 220 |
| E | 1.302 | 391 |
| F | 1.290 | 645 |
| G | 588 | 412 |
| H | 6.712 | 6.712 |
| | 80.294 | 8.777 |

15. Transações com partes relacionadas

| | 2012 | | 2011 | |
|---|----------------------|------------------------|----------------------|------------------------|
| | Ativos (Passivos) | Receitas (Despesas) | Ativos (Passivos) | Receitas (Despesas) |
| Controlador | | | | |
| Captações (depósitos e letras) | (39.828) | (3.828) | (41.737) | (7.010) |
| Entidades com influência significativa | | | | |
| Captações (depósitos e letras) | (87.042) | (11.221) | (127.098) | (10.453) |
| Controladas | | | | |
| Captações (depósitos e letras) | (4.310) | (21.280) | - | (14.606) |
| Outras obrigações | (2.354) | | (1.805) | |
| Outras receitas | | 112 | | |
| Pessoal-chave da Administração | | | | |
| Captações (depósitos e letras) | (15.099) | (1.057) | (13.303) | (3.296) |
| Outras partes relacionadas | | | | |
| FIDIC 1/2 | (126.382) | | | |
| FIDIC 1/2 | 203.831 | 20.053 | 100.292 | 8.611 |

A Instituição possui contratos de prestação de serviços de captação de clientes e prospecto de novos negócios com outras empresas ligadas registradas na conta de outras despesas administrativas.

As captações via depósitos correspondem a CDBs, LF, LCI e LF, pós-fixados. Os CDBs possuem remuneração de 100% a 112% do CDI e prazos de 24 a 36 meses. As letras possuem remuneração de 93% a 118% do CDI e prazos de 1 a 25 meses.

A remuneração dos administradores da Instituição é paga integralmente pela Controladora, sem o respectivo reembolso. A Instituição não tem como prática efetuar pagamentos com base em ações da Instituição para os acionistas e administradores do Banco.

a) Remuneração dos administradores do Banco

A remuneração dos Administradores do Banco Intermedium para o exercício de 2012 é de, aproximadamente, R\$ 1.260 (R\$ 1.085 em 2011) *ad referendum* a Assembleia Geral Ordinária de 2013.

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 17.d, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi pago aos acionistas o montante de R\$ 11.820, a título de juros sobre capital próprio e dividendos.

16. Imposto de renda e contribuição social

A Instituição constituiu provisões temporariamente indedutíveis no montante aproximado de R\$ 42.935 (2011: R\$ 18.180), sobre as quais constituiu créditos diferidos relativos a imposto de renda e contribuição social, cujo valor, em 31 de dezembro de 2012, perfazia um montante de R\$ 17.174 (2011: R\$ 7.272).

A Instituição mantém um saldo de crédito tributário de R\$ 3.553 (2011: R\$ 6.272), relativo a PIS e COFINS, questionado judicialmente no valor de R\$ 2.469 (2011: R\$ 2.906), e provisão para danos morais no valor de R\$ 649 (2011: R\$ 417), provisão para perdas em depósitos interfinanceiros no valor de R\$ 0 (2011: R\$ 792) e provisão para cessões de créditos no valor de R\$ 435 (2011: R\$ 2.637).

A Administração, com base na Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002 do Banco Central do Brasil, entende que serão produzidos resultados suficientes para absorção de tal crédito.

| | Segundo semestre | | 2012 | | 2011 | |
|--|------------------|---------------------|------------------|---------------------|------------------|---------------------|
| | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social | Imposto de renda | Contribuição social |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | 9.815 | 9.815 | 17.540 | 17.540 | 9.594 | 9.594 |
| Adições (exclusões) líquidas: | | | | | | |
| Juros sobre capital próprio | (4.980) | (4.980) | (8.315) | (8.315) | (10.240) | (10.240) |
| Equivalência patrimonial | (2.578) | (2.578) | (5.283) | (5.283) | (4.123) | (4.123) |
| PCLD, líquida | 12.235 | 12.235 | 24.506 | 24.506 | 17.778 | 17.778 |
| Outras, líquidas | (1.497) | (1.497) | (7.555) | (7.555) | 6.476 | 6.476 |
| | 12.995 | 12.995 | 20.893 | 20.893 | | |
| Base de cálculo | | 1.949 | | | 19.485 | 19.485 |
| Alíquota efetiva | 1.020 | | 3.134 | 3.134 | 2.923 | 2.923 |
| Alíquota adicional | | | 1.734 | | 1.640 | |
| IRPJ e CSLL diferidos | (2.688) | (1.698) | (4.257) | (2.446) | (5.604) | (4.357) |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social | 281 | 251 | 611 | 688 | (1.041) | (1.434) |

Os recolhimentos por estimativa de imposto de renda e contribuição social foram, respectivamente, R\$ 5.139 e R\$ 3.175 (em 2011 R\$ 5.544 e 2.542, respectivamente).

17. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 11.843.947 ações nominativas, sendo 6.030.415 ordinárias e 5.813.532 preferenciais, todas sem valor nominal.

Em 23 de março de 2012, foi aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o aumento do capital social no valor de R\$ 103 em moeda corrente por meio da emissão de 17.003 ações preferenciais, passando de R\$ 248.719 para R\$ 248.822. O referido aumento foi aprovado no Banco Central do Brasil em 26 de abril de 2012.

Em 29 de junho de 2012, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R\$ 2.835, passando de R\$ 248.822 para R\$ 251.657, com utilização de juros sobre o capital próprio. O aumento foi aprovado no Banco Central do Brasil em 9 de agosto de 2012.

Em 31 de dezembro de 2012, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R\$ 4.233, passando de R\$ 251.657 para R\$ 255.890, com utilização de juros sobre o capital próprio. O aumento está aguardando aprovação do Banco Central do Brasil.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

c. Reserva de retenção de lucros

Nos exercícios anteriores, após a constituição da Reserva Legal, a Administração do Banco optou por destinar o saldo remanescente de lucros para constituição de Reserva de Retenção de Lucros.

d. Dividendos distribuídos

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício. Durante o exercício de 2012, foi distribuído aos acionistas o montante de R\$ 8.315 pagos na forma de Juros sobre o Capital Próprio, imputados como dividendos, e provisionado R\$ 2.436 de dividendos a pagar.

e. Ações em tesouraria

A Administração do Banco optou por recomprar o total de 13.020 ações, correspondentes ao valor de R\$ 278, as quais mantém em tesouraria.

f. Ajuste a valor de mercado

O saldo de ajuste a valor de mercado é R\$ 0,3 (R\$ 27 em 2011) e corresponde aos títulos públicos federais disponíveis para venda, que são marcados a mercado.

18. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente pelo Banco, uma vez que pode se tratar de resultado que nunca venha a ser realizado.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

O Banco Intermedium é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para contingências são estimadas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. Há provisão para contingências relativa a diversas ações cíveis e trabalhistas no valor de R\$ 1.622 (2011: R\$ 1.042) e provisão para PIS/COFINS no valor de R\$ 6.173 (2011: R\$ 7.266).

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a sua prescrição.

b.1) Obrigações legais - Provisão para riscos fiscais

O Banco Intermedium vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, considerando as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião de nossos assessores jurídicos.

O Banco Intermedium possui decisão do Supremo Tribunal Federal, datada de 19 de dezembro de 2005, garantindo o direito de recolhimento da COFINS com base na receita de prestação de serviços. Durante o período de 1999 a 2006, o Banco efetuou depósito judicial e/ou realizou o pagamento da obrigação. Em 2006, a Instituição, mediante decisão favorável do Supremo Tribunal Federal e concordância expressa da Receita Federal, realizou o levantamento do depósito judicial. Ademais, a habilitação dos créditos sobre o recolhimento dos impostos foi homologada sem questionamento pela Receita Federal do Brasil, em 11 de maio de 2006.

Em junho de 2010, a Receita Federal do Brasil abriu processo administrativo cobrando o recolhimento da COFINS, baseada em parecer interno da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em que pesa o trânsito em julgado da questão pelo Supremo Tribunal Federal, conforme relatado anteriormente.

Cabe ressaltar que a Instituição obteve decisão da 18ª Vara Federal quanto à exigência da Receita Federal do Brasil de não efetuar cobrança até apreciação do recurso hierárquico.

Também em 14 de julho de 2010, o Banco recebeu outra cobrança referente à não homologação da compensação. Reiteramos que a homologação dos créditos foi aceita por aquele órgão em maio de 2006 sem questionamentos, sendo apresentada defesa administrativa.

Ademais, em 11 de novembro de 2010, a Instituição foi autuada a recolher PIS e COFINS considerando a não decisão do Supremo Tribunal Federal. Entretanto, a Instituição possui liminar datada de 21 de julho de 2006 para que o recolhimento do PIS seja efetuado na mesma base da COFINS, já transitada e julgada em 19 de dezembro de 2005, sendo também apresentada defesa administrativa.

Para todas as autuações foi apresentada, à Receita Federal do Brasil, defesa administrativa, obtendo decisão da 18ª Vara Federal do Brasil em 5 de julho de 2010, que indica o impedimento das cobranças à Instituição até o transitado e julgado do processo.

c) Movimentação das provisões e classificação por natureza

| Natureza | Trabalhistas | Cíveis | Fiscais | Total |
|--------------------------------|---------------------|---------------|----------------|--------------|
| Saldo em 01/01 | 687 | 355 | 7.266 | 8.308 |
| Constituições/Atualizações (1) | 740 | 1.205 | 1.219 | 3.164 |
| Pagamentos/Reversões | (200) | (1.165) | (2.312) | (3.677) |
| Saldo Atual 31/12 | 1.227 | 395 | 6.173 | 7.795 |

d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

O Banco Intermedium mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos em que o Banco figura como “autor” ou “ré” e, amparado na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de perda. Assim, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível ou remota não são reconhecidos contabilmente e os principais processos com classificação de perda possível possuem estimativa de valor dos assessores jurídicos de R\$ 25.258 em 31 de dezembro de 2012.

19. Outras despesas administrativas

| | Segundo semestre | 2012 | 2011 |
|----------------------------------|-----------------------------|----------------|---------------|
| Comissão a correspondente | 30.507 | 56.853 | 60.536 |
| Prestação de serviços | 12.074 | 22.887 | 17.396 |
| Processamento de dados | 1.995 | 5.099 | 5.789 |
| Aluguel | 799 | 1.370 | 897 |
| Comunicação | 1.078 | 1.982 | 1.458 |
| Despesas bancárias | 1.267 | 3.039 | 2.828 |
| Serviços técnicos especializados | 2.408 | 4.303 | 3.071 |
| Propaganda e publicidade | 2.228 | 3.892 | 2.143 |
| Outros | 4.282 | 6.674 | 4.983 |
| | <u>56.638</u> | <u>106.099</u> | <u>99.101</u> |
| Total | <u>56.638</u> | <u>106.099</u> | <u>99.101</u> |

20. Outras receitas operacionais líquidas

| | Segundo semestre | <u>Exercícios</u> | |
|-------------------------|-----------------------------|-------------------|--------------|
| | | 2012 | 2011 |
| Recuperação de crédito | 4.921 | 8.918 | 2.529 |
| Recuperação de encargos | 1.866 | 4.137 | 3.959 |
| Outras rendas | 1.236 | 4.908 | 2.164 |
| | <u>8.023</u> | <u>17.963</u> | <u>8.652</u> |
| Total | <u>8.023</u> | <u>17.963</u> | <u>8.652</u> |

21. Outras despesas operacionais líquidas

| | Segundo semestre | <u>Exercícios</u> | |
|---------------------------|-----------------------------|-------------------|---------------|
| | | 2012 | 2011 |
| Amortização e depreciação | 169 | 324 | 591 |
| Descontos concedidos | 2.359 | 5.073 | 10.129 |
| Outras despesas | 17 | 37 | 39 |
| | <u>2.545</u> | <u>5.434</u> | <u>10.759</u> |
| Total | <u>2.545</u> | <u>5.434</u> | <u>10.759</u> |

22. Instrumentos financeiros e derivativos

Os instrumentos financeiros da Instituição encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado naquela data. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente de taxas contratadas comparadas com as vigentes no mercado.

A Instituição possui operações envolvendo instrumentos financeiros exclusivamente em conexão com suas atividades e com o objetivo de reduzir a exposição aos riscos de mercado, de moeda e taxas de juros de seus ativos e passivos operacionais.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos seus valores contábeis, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

As aplicações interfinanceiras da Instituição são mantidas em instituições financeiras de reconhecida liquidez e estão concentradas, basicamente, em certificados de depósito interfinanceiros, letras financeiras do tesouro, letras do tesouro nacional e notas do tesouro nacional.

Os valores contábeis dos ativos financeiros da Instituição estão compatíveis com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação ou, na ausência destes, com o valor presente líquido, ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado.

A Instituição não contratou operações com derivativos financeiros durante os semestres findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

23. Cobertura de seguros

A Instituição adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 10.000 para incêndios, queda de raio e explosão, R\$ 25 para danos elétricos e materiais e R\$ 300 para impactos de veículos terrestres, respectivamente, para o Banco.

24. Outras informações

a. Acordo da Basileia

A partir de 1ª de janeiro de 1995, as instituições financeiras têm de manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura de seus ativos, ponderados por fatores que variam de 0 a 100%, conforme Resolução nº 2.099/94 do Banco Central do Brasil (Acordo da Basileia). De acordo com a referida resolução, o patrimônio líquido da Instituição apresenta-se compatível com o grau de risco dos seus ativos.

b. Gestão de riscos de liquidez

O risco de liquidez é definido como:

- A ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis.
- A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

- A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Uma das medidas adotadas recentemente pelo Banco Intermedium é a utilização do Liquidity Coverage Ratio (LCR) — Nível de Cobertura de Liquidez — de curto prazo conforme recomendado pela Basileia III.

O Intermedium possui estrutura dedicada ao monitoramento, ao controle e à análise do risco de liquidez, utilizando-se de modelos de projeções das variáveis que afetam o fluxo de caixa e o nível de reserva em moeda nacional.

Além disso, a Instituição estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em Comitê de Riscos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos, revistos periodicamente seguindo as definições da Alta Administração.

c. Gestão de riscos de mercado

O Risco de Mercado é a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva da Instituição.

A supervisão dos riscos permite a análise de exposições diante dos limites estabelecidos e a identificação de tendências por meio da utilização de modelos específicos, bem como o controle das exigências de capital.

O Banco Intermedium S.A. utiliza metodologia estatística para mensurar e gerenciar o Risco de Mercado das suas posições, condizentes com a realidade do mercado e a complexidade das operações que vem a realizar. A Instituição realiza a supervisão e o monitoramento dos limites e condições estabelecidos pelo Conselho de Administração, sendo efetuados com base nos resultados da avaliação dos valores sujeitos a riscos de mercado com a aplicação da metodologia Value at Risk (VaR), bem como na realização de teste de estresse, buscando antecipar ações para situações adversas.

d. Gestão de riscos operacionais

Em atendimento à Resolução nº 3.380 do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a implementação da estrutura de gerenciamento do risco operacional, a Instituição consistiu no Comitê de Riscos, ligado diretamente à Diretoria Executiva, composto por titulares das áreas administrativas e de controle. Esse comitê tem a responsabilidade pelo gerenciamento do risco operacional, bem como por sua identificação e acompanhamento.

Buscando a mitigação do Risco Operacional, vem sendo trabalhada pelo Comitê a elaboração de indicadores quantitativos e qualitativos que permitam a mensuração e o acompanhamento do nível de risco conhecido e potencial em que incorre a Instituição. Como forma de administração dos riscos, não são aceitos aqueles cuja classificação seja superior a risco médio, em uma escala que varia de muito baixo a muito alto, não expondo a Instituição a possíveis perdas relevantes que possam afetar o fluxo normal de suas atividades e operações.

e. Gestão de risco de crédito

A Instituição também conta com uma estrutura de gerenciamento de Risco de Crédito composta pelo Comitê de Riscos. Este Comitê tem a incumbência de implementar políticas e estratégias para o seu gerenciamento, de acordo com o disposto na Resolução nº 3.721/09 do Conselho Monetário Nacional.

Desta forma, o Comitê de Riscos possui a responsabilidade pela execução da política de Risco de Crédito, no exercício de suas atribuições, de fixação de limites e aprovação de operações (*middle market*), assim como pelo estabelecimento de alçadas para operações de crédito pessoal e crédito imobiliário.

Em atendimento a Circular nº 3.477 do Conselho Monetário Nacional, as informações sobre gestão de riscos e capital encontram-se no endereço https://www.intermedium.com.br/publico/arquivos/pdf/gerenciamento_riscos.pdf.

f. Ouvidoria

A área de Ouvidoria do Banco Intermedium tem como função atuar como canal de comunicação de seus clientes, usuários de produtos ofertados e mediação de conflitos. Essas ocorrências são registradas em sistema específico, gerando número de protocolo do atendimento, e analisadas para responder, em tempo hábil, os questionamentos, extinguindo as dúvidas relacionadas pelos nossos clientes.

g. Índice de Basileia

Em 1994, o Brasil aderiu à regulamentação proposta internacionalmente por meio de Acordo de Basileia (de 1998). Todavia, a exigência de capital mínimo requerido é mais rigorosa, atingindo 11% dos ativos ponderados pelo risco, percentual esse superior ao de 8% previsto pelo Acordo da Basileia.

| Adequação de capital (R\$ mil) | 31/12/2012 | 31/12/2011 |
|---|-------------------|-------------------|
| Patrimônio de Referência (PR) | 274.443 | 260.109 |
| Patrimônio de Referência Exigido (PRE) | 132.695 | 92.459 |
| Ativo ponderado pelo risco | 1.307.964 | 711.200 |
| Risco de crédito - PEPR | 113.235 | 78.232 |
| Risco operacional - POPR | 16.460 | 14.227 |
| Índice de Basileia (PR - PRE/0,11) | 22,75% | 30,95% |

O Banco Intermedium encerrou o semestre com um índice de Basileia de 22,75%.

h. Plano de negócio

Com relação ao Plano de Negócio, estamos superando os objetivos propostos. A carteira de crédito excedeu o projetado em 193%, atingindo um volume de R\$ 778 milhões de reais. As carteiras, por modalidade de crédito consignado, *middle* e imobiliário superaram as metas em 387%, 52% e 155%, respectivamente. As captações em depósitos a prazo também apresentaram um excelente desempenho, atingindo R\$719 milhões de reais, superando a meta em 116%. Na área de Tecnologia da Informação foram realizados investimentos não previstos no Plano de Negócios com a aquisição e a implantação de diversos módulos do sistema SAP, que proporcionarão uma gestão mais eficiente e efetiva dos negócios da Instituição, maximizando resultados aos acionistas e clientes. Diante do exposto, julgamos que as metas estipuladas no Plano de Negócios original são plenamente atingíveis.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RUBENS MENIN TEIXEIRA DE SOUZA - PRESIDENTE

AQUILES LEONARDO DINIZ - CONSELHEIRO

JOÃO VITOR NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA - CONSELHEIRO

JOSÉ FELIPE DINIZ - CONSELHEIRO

MARCOS ALBERTO CABALEIRO FERNANDEZ - CONSELHEIRO

DIRETORIA EXECUTIVA

AQUILES LEONARDO DINIZ

DAURO DE CARVALHO E SILVA

JOÃO VITOR NAZARETH MENIN TEIXEIRA DE SOUZA

DIRETORIA

CRISTIANO HENRIQUE VIEIRA GOMES

MARCO TÚLIO GUIMARÃES

MARIA VIRGINIA GOMES MOREIRA

SEBASTIÃO LUIZ DA SILVA

CONTADOR RESPONSÁVEL

SICOMAR BENIGNO DE ARAÚJO SOARES - CRC-MG 67.120-O-3